LEI Nº 1.333/2026, DE 19 DE OUTUBRO DE 2026.

Institui o Regime Jurídico das Diárias e da Ajuda de Custo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Jaguaribara, estabelece normas para sua concessão, pagamento, prestação de contas, fiscalização, transparência e controle, revoga integralmente a Lei Municipal nº 1.299, de 17 de março de 2026, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARIBARA, ESTADO DO CEARÁ, nos termos do inciso VI e XVII, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município – LOM, publicada no Diário Oficial do Município, Edição nº 0592 de 29 de janeiro de 2021,

Faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA,** aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Regime Jurídico das Diárias, da Ajuda de Custo e das indenizações por deslocamento funcional no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Jaguaribara, disciplinando sua concessão, pagamento, liquidação, prestação de contas, fiscalização, transparência, controle e responsabilização.

Parágrafo único. As verbas disciplinadas nesta Lei possuem natureza exclusivamente indenizatória e destinam-se ao ressarcimento das despesas extraordinárias suportadas pelos agentes públicos em razão do exercício de atividades de interesse da Administração Pública.

Art. 2º As diárias e a ajuda de custo destinam-se exclusivamente ao ressarcimento de despesas extraordinárias com alimentação, hospedagem, transporte urbano, deslocamentos, permanência temporária e demais gastos indispensáveis ao desempenho de atividades institucionais.

§1º As verbas previstas nesta Lei:

I – Não possuem natureza remuneratória;

II – Não se incorporam ao vencimento, remuneração, subsídio ou provento;

III – não constituem base de cálculo para férias, décimo terceiro salário, horas extras, adicionais, gratificações ou quaisquer outras vantagens;

IV – Não sofrem incidência de contribuição previdenciária ou imposto de renda, observado o disposto na legislação federal.

§2º É vedada a utilização das verbas disciplinadas nesta Lei como forma de complementação remuneratória.

Art. 3º A concessão das diárias e da ajuda de custo somente ocorrerá quando demonstrado o interesse público, mediante prévia autorização da autoridade competente e observados os requisitos estabelecidos nesta Lei.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º A interpretação e aplicação desta Lei observarão os princípios previstos no art. 37 da Constituição Federal e, especialmente:

I – Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

II – Economicidade, razoabilidade, proporcionalidade e motivação, transparência;

III – Responsabilidade fiscal, continuidade dos serviços públicos, supremacia do interesse público e vedação ao enriquecimento sem causa.

Art. 5º A concessão das verbas indenizatórias observará, ainda:

I – Planejamento prévio dos deslocamentos;

II – Utilização racional dos recursos públicos;

III – Compatibilidade entre o motivo do deslocamento e as atribuições do beneficiário;

IV – Necessidade administrativa;

V – Disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 6º É vedada qualquer interpretação desta Lei que permita a utilização das diárias ou da ajuda de custo para finalidade diversa daquela prevista neste diploma legal.

CAPÍTULO III

DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 7º Poderão ser beneficiários das diárias e da ajuda de custo:

I – Prefeito, Vice-Prefeito;

II – Secretários Municipais, Procurador-Geral do Município, Controlador-Geral, Chefe de Gabinete;

III – Ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento;

IV – Servidores efetivos;

V – Empregados públicos;

VI – Ocupantes exclusivamente de cargo em comissão;

VII – Contratados temporariamente;

VIII – Conselheiros tutelares;

IX – Membros titulares e suplentes dos Conselhos Municipais legalmente instituídos, quando oficialmente designados para representar o respectivo Conselho ou o Município em atividades de interesse público;

X – Colaboradores eventuais, quando convocados para execução de atividade de interesse da Administração Pública.

Art. 8º Os colaboradores eventuais e os membros dos Conselhos Municipais somente poderão perceber as verbas disciplinadas nesta Lei mediante ato administrativo específico, devidamente motivado, contendo:

I – Justificativa do interesse público;

II – Demonstração da necessidade da participação ou colaboração;

III – Identificação da atividade, evento, reunião, capacitação, conferência ou missão oficial;

IV – Indicação do Conselho Municipal, quando se tratar de conselheiro;

V – Autorização da autoridade competente.

Art. 9º Os membros dos Conselhos Municipais poderão perceber diárias exclusivamente quando, no exercício de suas atribuições legais, estiverem oficialmente designados para representar o respectivo Conselho ou o Município em reuniões, conferências, congressos, seminários, capacitações, audiências, diligências ou outros eventos de interesse público.

§ 1º O pagamento dependerá de convocação ou designação oficial e observará os mesmos valores e critérios aplicáveis aos demais beneficiários previstos nesta Lei.

§ 2º A participação deverá estar relacionada às competências legais do respectivo Conselho Municipal.

§ 3º É vedado o pagamento de diárias pela simples participação em reuniões ordinárias ou extraordinárias realizadas no âmbito do Município.

Art. 10º Nenhuma diária ou ajuda de custo será concedida:

I – Sem autorização;

II – Sem processo administrativo;

III – Sem demonstração do interesse público;

IV – Em desacordo com esta Lei.

CAPÍTULO IV

DAS DIÁRIAS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 11. A diária será concedida ao beneficiário que necessitar deslocar-se para fora da sede do Município de Jaguaribara em razão do exercício de atividade institucional.

Parágrafo único. Considera-se sede, para os fins desta Lei, o Município de Jaguaribara.

Art. 12. A diária destina-se ao ressarcimento das despesas extraordinárias decorrentes do deslocamento, compreendendo, dentre outras:

I – Alimentação;

II – Hospedagem;

III – Transporte;

IV – Pequenas despesas indispensáveis à permanência temporária no destino.

Art. 13. Poderão ensejar a concessão de diárias:

I – Participação em cursos, treinamentos, congressos, seminários, simpósios;

II – Audiências judiciais, audiências administrativas, reuniões técnicas e administrativas;

III – Diligências administrativas, fiscalização, inspeções;

IV – Representação institucional;

V – Transporte de pacientes, transporte de estudantes, transporte de servidores;

VI – Participação em reuniões junto a órgãos estaduais ou federais;

VII – Assinatura de convênios, captação de recursos;

VIII – Quaisquer outras atividades de interesse da Administração Pública.

Art. 14. A concessão dependerá de requerimento formal instruído com a identificação do servidor, cargo, secretaria de lotação, destino, período do deslocamento, finalidade da viagem, justificativa, autorização da chefia imediata e a autorização da autoridade competente.

Art. 15. As diárias serão concedidas conforme os valores constantes dos Anexos I e IV desta Lei.

Seção II

Dos Limites

Art. 16. É vedada a concessão de mais de uma diária ao mesmo beneficiário para o mesmo dia de deslocamento.

Parágrafo único. Considera-se nulo o fracionamento de deslocamentos destinado a burlar os limites estabelecidos nesta Lei.

Art. 17. O quantitativo máximo será de 12 (doze) diárias por mês, por beneficiário.

§1º Excepcionalmente, esse limite poderá ser ultrapassado quando:

I – Houver insuficiência de servidores para execução do serviço;

II – Tratar-se de serviço público essencial;

III – Ocorrer situação emergencial;

IV – Houver necessidade de continuidade do serviço público.

§2º A excepcionalidade dependerá de justificativa expressa da autoridade competente, conforme modelo constante do Anexo VI.

~~**Art. 18.** As solicitações de diárias deverão ser encaminhadas ao setor financeiro para liquidação e pagamento com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do início do deslocamento.~~

~~Parágrafo único. Em situações emergenciais devidamente justificadas, poderá ser autorizada a concessão em prazo inferior.~~ **(Art. Suprimido pela Emenda Supressiva Nº 001/2026)**

Art. 18 É vedada a concessão de diária:

I — Durante férias, licenças e durante afastamentos legais;

II — Quando as despesas forem custeadas integralmente por outro órgão ou entidade, ressalvada a complementação devidamente justificada;

Ill — Para atender interesse exclusivamente particular;

IV- Sem demonstração da finalidade pública;

V- Quando houver inadimplência quanto à prestação de contas de diárias anteriormente concedidas:

VI — Quando o evento puder ser realizado de forma remota.

Art. 19. É vedada a concessão de diária:

I – Durante férias, licenças e durante afastamentos legais;

II – Quando as despesas forem custeadas integralmente por outro órgão ou entidade, ressalvada a complementação devidamente justificada;

III – Para atender interesse exclusivamente particular;

IV – Sem demonstração da finalidade pública;

V – Quando houver inadimplência quanto à prestação de contas de diárias anteriormente concedidas.

VI – Quando o evento puder ser realizado de forma remota.

CAPÍTULO V

DA AJUDA DE CUSTO

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 20. A ajuda de custo constitui verba de natureza exclusivamente indenizatória destinada ao ressarcimento parcial das despesas extraordinárias suportadas pelos beneficiários desta Lei, quando, no interesse da Administração Pública, realizarem atividades institucionais que ensejem despesas não abrangidas pelo regime de diárias.

§1º A ajuda de custo não se confunde com diária, possuindo finalidade específica e somente será concedida nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei.

§2º A ajuda de custo não possui natureza salarial, remuneratória ou previdenciária, não se incorporando aos vencimentos, remuneração, subsídios ou proventos.

§3º É vedada sua utilização como forma de complementação remuneratória.

§4º É vedada a percepção cumulativa de ajuda de custo e diária em razão do mesmo deslocamento, missão, evento ou atividade.

Seção II

Da Ajuda de Custo Operacional

Art. 21. A ajuda de custo operacional poderá ser concedida aos servidores que exerçam suas atribuições de forma contínua, periódica ou itinerante em:

I – Distritos;

II – Comunidades rurais;

III – Assentamentos;

IV – Localidades de difícil acesso;

V – Equipamentos públicos descentralizados;

VI – Casa de Apoio do Município em Fortaleza ou outra cidade;

VII – Unidades administrativas descentralizadas;

VIII – Outras localidades situadas no território municipal definidas em ato do Poder Executivo.

Art. 22. Farão jus à ajuda de custo operacional semanal, desde que formalmente designados e comprovado o efetivo exercício das atividades previstas nesta Seção:

I – os integrantes das Equipes da Estratégia Saúde da Família – ESF, das Equipes Multiprofissionais – eMulti, das Equipes de Saúde Bucal, os Agentes Comunitários de Saúde, os Agentes de Combate às Endemias e os integrantes das demais equipes instituídas pela Secretaria Municipal de Saúde para atuação externa, descentralizada ou itinerante;

II – os servidores e integrantes das equipes da Assistência Social que exerçam atividades externas, contínuas, descentralizadas ou itinerantes, mediante designação da autoridade competente;

III – os servidores ou integrantes de equipes de outras Secretarias Municipais formalmente designados para execução contínua de atividades externas, descentralizadas ou itinerantes;

IV – os servidores formalmente designados para atuação na Casa de Apoio do Município;

V – os integrantes de equipes permanentes ou temporárias instituídas para a execução de serviços públicos descentralizados.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se às equipes que vierem a ser instituídas pelo Município e que exerçam atividades de natureza equivalente às previstas nesta Seção.

§ 2º Os servidores e integrantes das equipes previstas neste artigo farão jus à ajuda de custo operacional semanal, no valor estabelecido no Anexo III desta Lei, desde que comprovado o efetivo exercício das atividades que fundamentam sua concessão.

§ 3º O valor da ajuda de custo operacional constitui limite máximo semanal por beneficiário, independentemente da quantidade de deslocamentos, atividades ou serviços realizados no período.

§ 4º É vedada a concessão de mais de uma ajuda de custo operacional ao mesmo beneficiário relativamente à mesma semana de referência.

Art. 23. A ajuda de custo operacional semanal será devida enquanto perdurar a designação para atuação nas localidades, independentemente da quantidade de deslocamentos realizados na semana, desde que comprovado o efetivo exercício das atividades.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, disciplinar a concessão da ajuda de custo operacional, estabelecendo limites quantitativos de concessão por equipe,

unidade administrativa, servidor ou período, em observância ao interesse público, à disponibilidade orçamentária e financeira e às necessidades da Administração, sem prejuízo das hipóteses de direito previstas nesta Lei.

Art. 24. A ausência injustificada do servidor, o não comparecimento à localidade ou a não realização das atividades programadas acarretará a perda da ajuda de custo correspondente.

Seção III

Da Ajuda de Custo Excepcional

Art. 25. Excepcionalmente, poderá ser concedida ajuda de custo aos beneficiários previstos no art. 7º desta Lei quando, no interesse da Administração Pública, forem designados para executar missão, atividade, evento, diligência ou serviço de relevante interesse público, dentro ou fora do território do Município, cuja natureza, mediante justificativa expressa da

autoridade competente, não se enquadre nas hipóteses de concessão de diária previstas nesta Lei.

§1º A concessão dependerá de ato administrativo devidamente motivado da autoridade competente.

§2º O ato deverá conter:

I – Demonstração do interesse público;

II – Justificativa da impossibilidade ou inadequação da concessão de diária;

III – Descrição da atividade a ser desempenhada;

IV – Período de realização;

V – Valor da ajuda de custo.

§3º A ajuda de custo prevista neste artigo terá caráter eventual, sendo vedada sua concessão habitual ou automática.

§4º O valor da ajuda de custo excepcional observará os limites estabelecidos no Anexo II desta Lei.

CAPÍTULO VI

DO REGIME ESPECIAL DOS MOTORISTAS

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 26. Os motoristas vinculados à Administração Pública Municipal submetem-se ao regime especial de diárias previsto neste Capítulo, em razão das peculiaridades inerentes às atribuições do cargo.

Art. 27. O regime especial fundamenta-se:

I – Na natureza contínua dos deslocamentos;

II – No transporte de pacientes do Sistema Único de Saúde;

III – No transporte escolar;

IV – No transporte de usuários da Assistência Social

V – No transporte de servidores e autoridades;

VI – No transporte de materiais, equipamentos e documentos oficiais;

VII – Na permanência do motorista fora da sede do Município aguardando pacientes, consultas, exames, cirurgias, altas hospitalares ou retorno dos usuários;

VIII – Na continuidade do serviço público;

IX – Na economicidade administrativa.

Art. 28. As diárias previstas neste Capítulo possuem natureza indenizatória e destinam-se ao ressarcimento das despesas extraordinárias suportadas pelos motoristas durante o deslocamento.

Art. 29. Os valores observarão a classificação regional prevista no Anexo IV desta Lei.

Art. 30. Para fins desta Lei, considera-se:

I – Região do Vale do Jaguaribe: os Municípios integrantes da Região de Planejamento do Vale do Jaguaribe, conforme classificação oficial do Estado do Ceará ou outra que venha a substituí-la;

II – Capital do Estado e demais Regiões: Fortaleza, Região Metropolitana de Fortaleza e os demais Municípios cearenses não compreendidos no inciso anterior;

III – Fora do Estado: qualquer Município situado em outra unidade da Federação.

Art. 31. A diária especial do motorista será devida independentemente da ocorrência de pernoite, sempre que houver permanência fora da sede do Município para aguardar pacientes, estudantes, servidores ou autoridades transportadas.

Parágrafo único. Considera-se tempo de serviço, para fins deste artigo, o período compreendido entre a saída e o retorno ao Município.

Art. 32. Os motoristas não farão jus às diárias previstas no Anexo I quando o deslocamento estiver enquadrado no regime especial previsto neste Capítulo.

Art. 33. É vedada a percepção cumulativa da diária especial do motorista com ajuda de custo ou outra diária referente ao mesmo deslocamento.

Art. 34. Quando o deslocamento compreender, no mesmo dia, dois ou mais municípios ou localidades enquadrados em faixas distintas, a diária de menor valor será substituída pela de maior valor, vedada a acumulação de ambas.

§ 1º Caso a diária de menor valor já tenha sido paga antes da ampliação do itinerário, será devido exclusivamente o pagamento da diferença necessária para alcançar o valor correspondente à maior faixa, não sendo permitida a concessão de nova diária referente ao mesmo dia.

§ 2º A passagem, parada, embarque, desembarque, entrega, coleta ou permanência transitória em município intermediário não dará direito à concessão de diária adicional ou à cumulação de valores.

§ 3º A parada destinada exclusivamente à alimentação, abastecimento, descanso ou manutenção do veículo não altera a faixa da diária.

§ 4º Quando o destino enquadrado na faixa de maior valor não for efetivamente alcançado, em razão de cancelamento, alteração do itinerário, retorno antecipado ou viagem frustrada, a diária será recalculada de acordo com o destino efetivamente alcançado.

§ 5º Se houver pagamento antecipado em valor superior ao devido, o beneficiário deverá restituir a diferença ao erário no prazo estabelecido para a prestação de contas, mediante documento de arrecadação ou outro meio indicado pela Administração.

§ 6º A alteração do destino ou do itinerário deverá ser previamente autorizada, salvo em situação de urgência ou emergência, hipótese em que deverá ser justificada e ratificada pela autoridade competente no processo de prestação de contas.

§ 7º É nulo o fracionamento de deslocamentos, itinerários, ordens de serviço ou processos administrativos destinado a ampliar a quantidade ou o valor das diárias.

Art. 35. O simples transcurso da meia-noite ou a circunstância de o deslocamento compreender mais de um dia civil não gera direito à concessão de duas diárias, fazendo o beneficiário jus a uma única diária, no valor estipulado para o destino efetivamente alcançado.

Art. 36. O motorista, quando regularmente escalado ou formalmente designado, deverá cumprir a ordem de serviço relativa à condução de veículo oficial e ao transporte de pacientes, estudantes, servidores, autoridades, usuários, materiais, equipamentos ou documentos, desde que compatível com as atribuições do cargo ou função e observadas as condições de segurança.

§ 1º A recusa injustificada ao cumprimento da ordem de serviço poderá caracterizar descumprimento de dever funcional, insubordinação ou outra infração disciplinar prevista no Estatuto dos Servidores Públicos do Município, sujeitando o responsável à apuração administrativa e às penalidades cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º O motorista não poderá escolher, direcionar, permutar ou recusar viagens com fundamento no destino, na distância, no horário, na quantidade de passageiros, no valor da diária ou na inexistência de pagamento de diária, quando o deslocamento integrar regularmente as atribuições do cargo e houver ordem da autoridade competente.

CAPÍTULO VII

DAS VEDAÇÕES

Art. 37. É vedada a concessão de diária ou ajuda de custo:

I – Para deslocamentos sem interesse público;

II – Para atividades de caráter particular;

III – Durante férias e licença de qualquer natureza;

V – Durante afastamento legal;

VI – Quando houver prestação de contas pendente;

VII – Mediante informações falsas;

VIII – Quando as despesas forem integralmente suportadas por outro órgão ou entidade, ressalvada a complementação devidamente justificada;

IX – Para finalidade diversa daquela autorizada.

Art. 38. É vedado o fracionamento de deslocamentos, itinerários ou eventos com o objetivo de ampliar o número de diárias ou o valor da indenização.

Art. 39. Nenhuma autoridade poderá conceder diária ou ajuda de custo em desacordo com esta Lei.

Art. 40. A autoridade concedente e o beneficiário responderão solidariamente pelos prejuízos causados ao erário quando comprovada a concessão ou utilização irregular das verbas disciplinadas nesta Lei, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO VIII

DO PROCEDIMENTO DE CONCESSÃO

Seção I

Do Requerimento e Concessão

Art. 41. A concessão de diária ou ajuda de custo dependerá da instauração de processo administrativo próprio, iniciado mediante requerimento do interessado ou da chefia imediata, instruído com os documentos exigidos nesta Lei.

Art. 42. O requerimento deverá conter, no mínimo:

I – Identificação do beneficiário;

II – Matrícula funcional;

III – Cargo, emprego ou função;

IV – Órgão ou Secretaria de lotação;

V – Destino ou localidade;

VI – Período do deslocamento;

VII – Objetivo e justificativa da viagem ou da atividade;

VIII – Quantidade de diárias pretendidas;

IX – Estimativa do valor devido;

X – Manifestação da chefia imediata;

XI – Autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O modelo oficial do requerimento consta do Anexo V desta Lei.

Art. 43. Compete à chefia imediata analisar a necessidade do deslocamento, manifestando-se expressamente quanto:

I – Ao interesse público;

II – À compatibilidade da viagem com as atribuições do servidor;

III – À disponibilidade do servidor;

IV – À necessidade da concessão.

Art. 44. Compete aos Secretários Municipais autorizar as diárias e ajudas de custo dos servidores vinculados às respectivas Pastas, observado o disposto nesta Lei.

Parágrafo único. As concessões deverão ser previamente instruídas pelo setor administrativo competente.

Art. 45. É vedada a delegação da competência para autorização das diárias, salvo quando expressamente prevista em ato administrativo do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO IX

DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

Art. 46. Após a autorização da autoridade competente, o processo será encaminhado ao setor financeiro para empenho, liquidação e pagamento.

Art. 47. Os processos deverão ser encaminhados ao setor financeiro com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data prevista para o deslocamento.

§1º O descumprimento do prazo somente será admitido em situações de urgência ou emergência devidamente justificadas.

§2º A justificativa integrará obrigatoriamente o processo administrativo.

Art. 48. O pagamento será realizado, preferencialmente, antes do início do deslocamento.

Parágrafo único. Excepcionalmente, poderá ocorrer pagamento posterior quando houver impossibilidade operacional devidamente justificada, podendo no máximo serem efetivados em até 72 (setenta e duas) horas após o deslocamento.

CAPÍTULO X

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 49. O beneficiário deverá apresentar prestação de contas no prazo máximo de cinco dias úteis contados do retorno do deslocamento ou da conclusão da atividade.

Art. 50. A prestação de contas será composta por, no mínimo, dos seguintes documentos:

I – Certificados;

II – Declarações;

III – Listas de presença;

IV – Atas;

V – Ordens de serviço;

VI – Documentos emitidos pelo órgão visitado;

VII – Fotos;

VII – Comprovantes aptos a demonstrar a realização da atividade e ou as despesas.

Parágrafo único. A ausência dos documentos previstos neste artigo não impedirá a aprovação da prestação de contas quando a realização da atividade puder ser demonstrada por outros meios idôneos.

Art. 51. Compete à chefia imediata analisar a prestação de contas e atestar o cumprimento da finalidade pública.

CAPÍTULO XI

DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

Art. 52. As concessões de diárias e ajuda de custo serão divulgadas no Portal da Transparência do Município, observado o disposto na legislação de acesso à informação e proteção de dados pessoais.

Art. 53. Compete à Controladoria Geral do Município exercer o acompanhamento, fiscalização, auditoria e controle das concessões disciplinadas nesta Lei, sem prejuízo da atuação do Tribunal de Contas, do Ministério Público e dos demais órgãos de controle.

CAPÍTULO XII

DAS INFRAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES

Art. 54. Constituem infrações administrativas:

I – Solicitar diária indevida;

II – Prestar informação falsa;

III – Omitir informação relevante;

IV – Utilizar os recursos para finalidade diversa;

V – Deixar de prestar contas;

VI – Conceder diária em desacordo com esta Lei.

Art. 55. O beneficiário responderá administrativa, civil e penalmente pelos atos praticados em desacordo com esta Lei.

Art. 56. A autoridade concedente responderá solidariamente quando autorizar pagamento manifestamente irregular ou em desacordo com os requisitos legais.

CAPÍTULO XIII

DA RESTITUIÇÃO DOS VALORES

Art. 57. O beneficiário deverá restituir integralmente os valores recebidos quando:

I – Não realizar o deslocamento;

II – Cancelar a viagem;

III – Utilizar os recursos em finalidade diversa;

IV – Deixar de prestar contas sem justificativa;

V – Houver pagamento indevido.

Art. 58. A restituição ocorrerá no prazo máximo de cinco dias úteis, contado da notificação do beneficiário.

CAPÍTULO XIV

DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Art. 59. Os valores constantes dos Anexos desta Lei poderão ser atualizados mediante Decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único. A atualização observará:

I – Disponibilidade orçamentária;

II – Responsabilidade fiscal;

III – Variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 60. É vedada a criação ou concessão de diárias, ajudas de custo ou quaisquer outras verbas indenizatórias por ato infralegal em hipóteses não previstas nesta Lei.

Art. 61. Os casos omissos serão resolvidos pelo Chefe do Poder Executivo, mediante Decreto, observado o disposto nesta Lei e na legislação aplicável.

Art. 62. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias e vinculadas as suas respectivas secretarias, suplementadas, se necessário.

Art. 63. Fica integralmente revogada a Lei Municipal nº 1.299, de 17 de março de 2026, bem como as demais disposições em contrário.

Art. 64. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Jaguaribara, em 19 de outubro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

José Nunes dos Santos Filho
Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELA GERAL DE DIÁRIAS

BENEFICIÁRIO	DENTRO DO ESTADO	FORA DO ESTADO
Prefeito(a) e Vice-prefeito(a)	R$ 420,00	R$ 1.000,00
Secretários Municipais, Procurador-Geral, Controlador-Geral, Chefe de Gabinete	R$ 200,00	R$ 800,00
Demais servidores	R$ 90,00	R$ 150,00
Conselheiros Tutelares, Conselheiros Municipais, Colaboradores Eventuais	R$ 90,00	R$ 150,00

Paço da Prefeitura Municipal de Jaguaribara, em 19 de outubro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

José Nunes dos Santos Filho
Prefeito Municipal

ANEXO II

TABELA GERAL DA AJUDA DE CUSTO EXCEPCIONAL

BENEFICIÁRIO	VALOR
Prefeito e Vice-Prefeito	R$ 700,00
Secretários Municipais, Procurador-Geral, Controlador-Geral, Chefe de Gabinete e cargos equivalentes	R$ 350,00
Demais Servidores	R$ 150,00

Observações:

A ajuda de custo destina-se ao ressarcimento das despesas extraordinárias decorrentes do exercício de atividades desenvolvidas dentro do território do Município, observado o interesse público.

Paço da Prefeitura Municipal de Jaguaribara, em 19 de outubro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

José Nunes dos Santos Filho
Prefeito Municipal

ANEXO III

AJUDA DE CUSTO OPERACIONAL

GRUPO DE ATUAÇÃO	VALOR SEMANAL
I – Equipes da Atenção Primária à Saúde (ESF, eMulti, Saúde Bucal, Agentes de Combate às Endemias, Agentes Comunitários de Saúde e demais equipes instituídas pela Secretaria Municipal de Saúde para atuação externa e itinerante)	R$ 90,00
II – Equipes da Assistência Social que exerçam atividades externas contínuas ou itinerantes, mediante designação da Secretaria Municipal de Assistência Social	R$ 90,00
III – Equipes ou servidores de outras Secretarias Municipais formalmente designados para execução contínua de atividades externas, descentralizadas ou itinerantes, mediante ato da autoridade competente	R$ 90,00
IV – Servidores formalmente designados para atuação na Casa de Apoio do Município	R$ 90,00

Paço da Prefeitura Municipal de Jaguaribara, em 19 de outubro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

José Nunes dos Santos Filho
Prefeito Municipal

ANEXO IV

TABELA ESPECIAL DE DIÁRIAS DOS MOTORISTAS

DESTINO	VALOR
Região do Vale do Jaguaribe	R$ 45,00
Capital do Estado e demais regiões do Estado do Ceará	R$ 90,00
Outros Estados da Federação	R$ 100,00

Considera-se Região do Vale do Jaguaribe

Os Municípios pertencentes à Região de Planejamento do Vale do Jaguaribe definida pelo Estado do Ceará.

Capital e demais regiões

Fortaleza, Região Metropolitana de Fortaleza e todos os demais Municípios do Estado do Ceará não pertencentes ao Vale do Jaguaribe.

Outros Estados

Qualquer Município localizado fora do Estado do Ceará.

Paço da Prefeitura Municipal de Jaguaribara, em 19 de outubro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

José Nunes dos Santos Filho
Prefeito Municipal

ANEXO V

REQUERIMENTO DAS DIÁRIAS

Unidade Gestora:				
Nome do servidor (a):				
Lotação:			**Finalidade:**	
Cargo/Função:				
Matrícula:				
CPF:				
E-mail:				
Cel.: ( )				
Nº diárias:	**Valor Unit. (R$)**	**Valor Total (R$)**		
Origem da viagem:		**UF:**	**Destino da viagem:**	**UF:**
Data da saída: _____/_____/_____ **Hora de saída:** _____/_____/_____			**Data do retorno:** _____/_____/_____ **Hora do retorno:** _____/_____/_____	
Nº Conta p/ dep.:	**Nº Agência:**		**Banco:**	

Tipo de diárias:

Dentro do Estado ( )	Outros Municípios – sem pernoite ( )	Capital estadual – com pernoite ( )
Fora do Estado ( )	Capital estadual - sem pernoite ( )	Capital Federal – com pernoite ( )
Internacional ( )	Capital Federal – sem pernoite ( )	Fora do estado – com pernoite ( )
Dentro do Município ( )	Fora do estado – sem pernoite ( )	Outros Municípios – com pernoite ( )

TERMO DE COMPROMISSO

Comprometo-me a apresentar Relatório de Viagem ou documento equivalente que comprova a prestação de contas acompanhado de comprovantes de passagens, comprovantes de participação em cursos e demais documentos que comprovem a realização da viagem, conforme disposto no Art._____, no prazo de (05) dias a contar da data de retorno da viagem ao município de origem, sob pena de sofrer as sanções cabíveis.

Jaguaribara – CE, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do solicitante

( ) APROVO O PRESENTE REQUERIMENTO

( ) NÃO APROVO O PRESENTE REQUERIMENTO

DATA:

_____

Ordenador de Despesas

Assinatura e Carimbo

Paço da Prefeitura Municipal de Jaguaribara, em 19 de outubro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

José Nunes dos Santos Filho
Prefeito Municipal

ANEXO VI

JUSTIFICATIVA PARA EXTRAPOLAÇÃO DO LIMITE MENSAL DE DIÁRIAS

JUSTIFICATIVA DE EXCEPCIONALIDADE

Servidor:	
Cargo:	
Secretaria:	
Quantidade de diárias concedidas no mês:	
Quantidade solicitada:	
Motivo: ( ) Insuficiência de servidores ( ) Continuidade do serviço público ( ) Transporte de pacientes ( ) Serviço essencial ( ) Situação emergencial ( ) Outro:	**Justificativa**:

Declaro que a autorização observa o interesse público, a economicidade e a continuidade dos serviços públicos.

Jaguaribara/CE _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura da Autoridade Competente

Paço da Prefeitura Municipal de Jaguaribara, em 19 de outubro de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

José Nunes dos Santos Filho
Prefeito Municipal